

POLIDEZ LINGUÍSTICA E ANTAGONISMO SOCIAL: CONSTRUINDO A FACE DO INIMIGO NO ESCÂNDALO POLÍTICO OS NOVOS ALOPRADOS

LINGUISTIC POLITENESS AND SOCIAL ANTAGONISM: BUILDING THE FACE OF THE ENEMY IN THE POLITICAL SCANDAL OS NOVOS ALOPRADOS

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto¹
 Graduada em Letras Português
 Universidade Estadual do Ceará
 (mariaeduardagp@gmail.com)

RESUMO: Este artigo apresenta uma investigação discursiva da construção midiática do escândalo político **Os Novos Aloprados**. O objetivo é descrever como o discurso da mídia, através da mobilização de estratégias de polidez linguística, manifesta antagonismos sociais, considerando como principal instância enunciativa de análise a revista *Veja* (ed. 2180, 2181 e 2183). Para isso, articulam-se a Teoria Social do Escândalo Político, de J. B. Thompson (2002), e a discussão do filósofo S. Žižek (2003, 2011) sobre antagonismos sociais com o modelo de estratégias de polidez linguística de Bronw e Levinson (1987). Ao final, a pesquisa indica que o escândalo configura-se discursivamente como um jogo de faces ou performances, no interior do qual certas estratégias de polidez linguística são utilizadas para reproduzir antagonismos sociais.

Palavras-chave: Escândalo político; Antagonismo social; Polidez linguística

ABSTRACT: This article presents an investigation of the discursive construction of political scandal **Os Novos Aloprados**. The goal is to describe how the media discourse manifests social antagonisms, through mobilization of linguistic politeness strategies, considering the main instance enunciative analysis *Veja* magazine (ed. 2180, 2181 and 2183). Articulate the Social Theory of Political Scandal, J. B. Thompson (2002), and the discussion of the philosopher S. Žižek (2003, 2011) on social antagonisms with the model of linguistic politeness strategies of Bronw and Levinson (1987). Finally, this research indicates that the scandal appears as a set of faces or performances, within which certain linguistic politeness strategies are used to reproduce social antagonisms.

Keywords: Political scandal; Social antagonism; Linguistic Politeness

Introdução

Em outubro de 2010, durante as eleições presidenciais, o Brasil experimentou mais um escândalo político em sua história. Conforme afirma relatório de sindicância interna da Corregedoria da Secretaria da Receita Federal, no dia 08 de outubro de 2009, 138 cidadãos brasileiros tiveram seu sigilo fiscal violado, nas delegacias do mesmo órgão, localizadas na cidade de Mauá e Santo André (SP). Destes, pelo menos seis² estavam relacionados ao ex-governador de São Paulo,

¹ Mestranda em Linguística Aplicada

² Luiz Carlos Mendonça de Barros (Ministro das Comunicações no Governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC); Gregório Marin Preciado (marido de uma prima de José Serra); Ricardo Sérgio de Oliveira (ex-Diretor do Banco do Brasil e tesoureiro das campanhas de José Serra e FHC); Ronaldo

José Serra, e ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que promoveu o político tucano como candidato à Presidência um ano após a ocorrência do crime³ na Receita.

Segundo a grande mídia brasileira⁴, integrantes da pré-campanha da então presidenciável Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), contrataram um grupo de pessoas para investigar os adversários da coligação “O Brasil pode mais”, do PSDB. O objetivo era arquitetar um falso dossiê contra José Serra, numa espécie de reedição do caso da quebra do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa, em 2006, que deu origem ao “Escândalo do Dossiê”. O PSDB entrou, a um mês das eleições, com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusando a campanha petista de uso da máquina pública para fins particulares e de abuso de poder político.

O episódio foi instantaneamente relacionado a outros casos secundários, que acaloraram sua polêmica e, algumas vezes, tomaram-lhe os holofotes. Dois dos mais explorados pela mídia foram a inauguração da TV dos Trabalhadores (TVT), em Mauá (SP), a primeira brasileira outorgada a um sindicato, e o investimento do Governo Federal em mais de 3.000 pequenas emissoras de rádio no interior do país. Tais eventos fomentaram a discussão sobre a liberdade de expressão e de imprensa, dando ao escândalo em foco os contornos de uma empreitada fascista. Expressões como **estratégia de supressão da verdade, criminosa ofensiva, aparelhamento do Estado a serviço do partido, rataria, atentado à democracia e práticas de regimes totalitários** foram utilizadas por jornais e revistas para designar o evento como um dos piores crimes já cometidos contra a Constituição e a moral do país. Tais designações passaram a constituir um conjunto de sentidos que, junto a outros escândalos alardeados, definiria, não sem perigos, os limites da democracia no Brasil.

O escândalo político é um evento social bastante complexo. Uma compreensão séria de escândalo reclama, portanto, a consideração de, pelo menos,

de Souza (ex-sócio de Ricardo Sérgio); Eduardo Jorge (vice-presidente do PSDB); e Verônica Allende Serra (empresária e filha de José Serra).

³ O cidadão tem o direito à inviolabilidade da sua intimidade, de acordo com Art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988, que diz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

⁴ O critério que subjaz ao que estamos chamando de “grande mídia” é alta circulação nacional e internacional das organizações de comunicação.

três elementos fundamentais que o compõem. São eles: mediação, antagonismo social e discurso. De acordo com o sociólogo britânico J. B. Thompson (2002), desde o final do século XVIII e início do século XIX, quando a imprensa sofre mudanças nas suas bases econômicas e tecnológicas, o nosso modo de experimentar estes eventos é prioritariamente condicionado pelas características da mediação, das formas distintivas das organizações de comunicação, tais como o ritmo de atuação das instituições de mídia e seus padrões de publicação e difusão. Trata-se, assim, de uma “experiência midiática” (THOMPSON, 2002, p. 91), no sentido de que o escândalo político é constituído à medida que os meios de comunicação o noticiam.

Ao ser não apenas informado, mas também construído no interior de um sistema intermediário entre Estado e sociedade, dominado por um tipo de comunicação mediada, isto é, na esfera pública (HABERMAS, 2006, p.15), o escândalo político configura-se como luta social. Assim, diversos segmentos da sociedade, inclusive os *media*, aliam-se e se confrontam numa disputa para (re)fundar certos sentidos. Sendo o escândalo político uma luta pela instauração ou legitimação de sentidos (mas não somente isto), ou, nas palavras de Thompson (2002, p.50), uma “luta por um nome”, há uma relação tensa e mutuamente constitutiva entre as instâncias envolvidas na disputa que é reveladora de sua própria condição de possibilidade, os antagonismos sociais.

As democracias liberais, em que os escândalos políticos se desenvolvem mais proeminentemente, são constituídas por um conjunto de antagonismos sociais (ŽIŽEK, 2011), responsáveis por sua dinâmica e significação enquanto estrutura. O problema é que, a princípio, por ser mesmo uma estrutura, ela não pode ser universalizada. De acordo com o filósofo esloveno S. Žižek (1993), a democracia em que vivemos é marcada pela fronteira principal entre aqueles que conseguem permanecer “dentro” (aqueles a quem as leis dos direitos humanos e de segurança social, por exemplo, são aplicados), e os outros, os excluídos da ordem social. Em um escândalo político, os participantes envolvidos empreendem constantemente gestos de inclusão e de exclusão, em que o **outro** é aquele que, não tendo o que a princípio constitui o **mesmo** ou ameaçando-o, é significado por este como diferente e, assim, como um inimigo que deve ser combatido. Esta dinâmica violenta torna o escândalo um modo de manifestar, de forma criativa ou não, antagonismos sociais.

O antagonismo entre incluídos e excluídos, o mais importante e sério nas democracias contemporâneas (ŽIŽEK, 2011), parte da identificação do outro como aquele ou aquilo que deve ser excluído. Precisamente aqui, encontramos o terceiro elemento que compõe o escândalo político e que, nesta pesquisa, é a principal instância de análise: o discurso. A linguagem, ao identificar um inimigo, cria a própria ameaça a que se quer combater. Se o escândalo é uma construção que se dá na esfera pública à maneira de uma luta, é-o, porque a linguagem o configura como tal, uma vez que somente através dela os acontecimentos e os sujeitos envolvidos no evento são significados e relacionados entre si de diversos modos. A linguagem produz, assim, uma inteligibilidade do escândalo e, a partir disso, da própria vida social.

Conceber a linguagem desse modo implica, inescapavelmente, considerar as variantes culturais, as relações sociais e econômicas de poder, os sujeitos e suas experiências, os aspectos ideológicos e políticos, entre outros elementos, que tornam a linguagem possível. A tensão entre estes componentes deve-se ao “antagonismo mais primitivo entre o *ego* e o *alter*” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.100, grifo da autora), de modo que a polidez linguística surge, então, como um fenômeno necessário à promoção de qualquer evento comunicativo, à medida que integra aqueles elementos, por convenções e princípios, a favor do sucesso das interações. A construção pública de um escândalo político, configurada discursivamente, envolve um jogo conflitivo entre as faces dos participantes envolvidos. Nesse jogo, a noção de polidez é indispensável à compreensão de que o gesto de (re)fundação de fronteiras confunde-se com o movimento mesmo da linguagem.

Nessa perspectiva, este artigo investiga a configuração discursiva do escândalo político **Os Novos Aloprados**, desenvolvido durante as eleições presidenciais de 2010. O objetivo é descrever e problematizar como a constituição discursiva do evento articula, através de certos mecanismos linguísticos de polidez, antagonismos sociais. Portanto, são a importância negligenciada do discurso na construção do escândalo e a necessidade urgente de uma reflexão séria acerca dos embates sociais sobre os quais o escândalo pode agir que justificam o esforço desta pesquisa. No que se segue, queremos apenas apresentar, brevemente, o nosso percurso de estudo.

Começamos com a articulação de um alicerce teórico, com base na Teoria Social do Escândalo Político de J. B. Thompson (1995, 2002), na discussão de S. Žižek (2011) sobre antagonismos sociais e no modelo de estratégias polidez linguística proposto por P. Brown e S. Levinson (1987). A seguir, selecionamos os discursos midiáticos que devem constituir o *corpus* da pesquisa e organizamos sua análise metodologicamente. Depois, empreendemos uma discussão acerca dos resultados obtidos até o momento, em termos de como certos recursos linguísticos de polidez são empregados na construção midiática do escândalo em foco como evento que age sobre antagonismos sociais. Ao final, encerramos o debate com algumas reflexões que, aqui, podem ser resumidas na seguinte frase: “é precisamente porque o signo é uma eterna arena de lutas, como pensava Bakhtin, que precisamos assumir a linguagem enquanto ato ético-político” (FERREIRA, 2007, p. 37).

O escândalo político

O sociólogo britânico J. B. Thompson (1995, 2002, 2009) desenvolve uma análise séria e pioneira acerca do novo papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. O autor investiga o surgimento do escândalo político, sua natureza e história e sua transformação em evento midiático para elaborar uma explicação analítica do fenômeno e delinear uma teoria social do escândalo que considera suas condições de existência e suas as consequências.

Partindo do epítome de que o escândalo é importante porque “em nosso mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder” (THOMPSON, 2002, p. 23), apresentamos, a seguir, cinco de suas principais características constitutivas. Em primeiro lugar, a ocorrência de um escândalo envolve a transgressão de certos valores, normas ou códigos, situada entre uma pequena infração e um crime abominável, um “espaço intermediário na indecência” (CEASER, J.; HODDGER-WILLIAMS, R. 1986, p. 175). Esse caráter transgressor, por sua vez, depende de dois elementos: a) a “sensibilidade ao escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 41), entendida como um complexo que abrange o contexto social e histórico, as condições morais e culturais de uma sociedade e a importância dos valores ou leis infringidos para os indivíduos; e b) o grau de visibilidade dos participantes do evento:

de maneira geral, quanto mais conhecidas são as pessoas envolvidas, maior o interesse dos cidadãos em acompanhar a sequência dos episódios.

A segunda característica do escândalo é a sua configuração à maneira de um “drama de ocultação e revelação” (THOMPSON, 2002, p. 45), dentro do qual se dá um jogo constante de acusações e de omissões. Por um lado, os sujeitos engajados nestas atividades transgressoras procuram impedir que certas ações tornem-se públicas e comprometam, assim, sua reputação. Por outro lado, as organizações de mídia e os indivíduos interessados na desmoralização, no desvendamento do caso e/ou no lucro que todo o espetáculo pode gerar, procuram novas provas e outros delitos para revelar e, assim, infamar cada vez mais os discursos moralizantes.

Contudo, o conhecimento público de uma ação ilícita não basta para torná-la escândalo, e, aqui, encontramos a terceira característica: é necessário que haja uma desaprovação por parte dos não-participantes⁵. É preciso, pois, que as pessoas vejam estes acontecimentos como “moralmente vergonhosos” (THOMPSON, 2002, p. 46). A resposta da sociedade precisa ser expressa de alguma forma, por meio mesmo de conversas, movimentos sociais, debates, constituindo a quarta característica do escândalo. Este é um bom exemplo do caráter performativo da linguagem ordinária, para fazer alusão a J. Austin (1990), pois a construção do escândalo dá-se, também, pelos boatos, pelas conversas entre amigos e pelas fofocas. Nessas interações cotidianas, as pessoas fazem mais que breves comentários: elas também estão construindo o evento de que falam.

Thompson (2002) afirma ainda que as ações ilícitas de um escândalo, quando reveladas ao público, têm o enorme potencial de provocar a desmoralização daquele(s) que a cometeram ou daqueles que estão associados a elas indiretamente, e, assim, acentua a quinta característica do fenômeno: “o prejuízo ou perda de reputação é um risco que está sempre presente quando um escândalo surge e se desdobra” (THOMPSON, 2002, p. 49). O enfoque sobre a reputação e o poder simbólico dado por Thompson (2002) não revela uma visão reducionista do escândalo político ou um menosprezo do papel de outras questões, como a corrupção, mas uma tentativa de compreender a natureza e as consequências

⁵ Thompson (2002) concebe como não-participantes os indivíduos que não estão envolvidos direta ou indiretamente nos acontecimentos constituintes de um escândalo político. São as pessoas, em sua vida comum, que acompanham os casos pelos noticiários e os discutem.

desse evento para além dos poderes políticos e econômicos, concebendo-o como uma luta em nome de um terceiro poder, o simbólico⁶. Por isso, o autor apresenta o escândalo político como: “lutas sociais que são travadas no espaço público e que são constituídas por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam” (THOMPSON, 2002, p. 196).

As ações que compõem o escândalo, como quaisquer outras ações sociais, ocorrem dentro de um referencial específico, caracterizado por certos pressupostos e convenções, e envolvem a projeção de imagens por parte dos indivíduos que as realizam. O referencial de ação compreende o que E. Goffman (1969, p.100) chama de **região frontal**, aquela em vista da qual as imagens são criadas, a depender das impressões que se desejam transmitir. Em contrapartida, há outra região, em que as pessoas agem de tal modo que contradizem o que, publicamente, esforçam-se para convencer; é a **região de fundo**. Assim, a região frontal é o espaço comum de interação contra o qual existem as regiões de fundo.

Com base nessa proposta de interação face a face, Thompson (2002, p. 95) elabora um novo modelo para o tipo de interação particular mediada pelos meios de comunicação, a quase-interação midiática. O que o autor acrescenta à organização face a face de E. Goffman (1969) são os contextos de produção e de recepção de notícias, dentro dos quais há, em cada um, regiões frontais e regiões de fundo. Este é o modo principal de revelação de escândalos políticos. Nesse sentido, Thompson (2002) concebe estes eventos em termos de um *dramatis personae*, ou seja, como um jogo de performances, que explora as faces dos participantes direta ou indiretamente envolvidos, manifestando antagonismos sociais.

Antagonismos sociais

O debate atual sobre antagonismos sociais teve início com a obra *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics* (1985), em que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe iniciam a construção de um projeto teórico pós-estruturalista de discurso. Neste momento, os autores elaboram teoricamente o

⁶ Poder simbólico é definido pelo autor como “a capacidade de empregar formas simbólicas para intervir e influenciar o curso das ações e acontecimentos” (THOMPSON, 2002, p. 50). Em *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* (Petrópolis: Vozes, 1998), o sociólogo considera o poder simbólico como uma quarta forma básica de poder.

conceito de hegemonia, dentro do qual aparecerá a noção de antagonismos sociais. Após traçarem um percurso genealógico do termo na história do marxismo, da Segunda Guerra Mundial até A. Gramsci, os autores concluem que, diante do racionalismo do marxismo clássico, que representava a história e a sociedade como totalidades inteligíveis, a lógica da hegemonia apresenta-se, desde o início, como uma operação suplementar e contingente.

Aqui, o antagonismo social é concebido como responsável pela incompletude das identidades e dos discursos, o que faz com que todo e qualquer arranjo político seja sempre instável. O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades prontas, representa o próprio momento em que elas são constituídas. Nessa perspectiva, antagonismo é condição de possibilidade para a formação de identidades políticas. É o limite da objetividade, da própria significação, uma vez que um *eu* não pode constituir-se plenamente como um ser devido à presença do *outro*, com quem mantém uma relação tensa.

Antagonismo é, portanto, uma experiência de negatividade, uma relação que apresenta o limite da objetividade ou da constituição plena de identidades, pois “na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma completa presença de mim mesmo” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 125). É pela negatividade, então, que o discurso passa a ter existência. Assim, a condição de possibilidade de uma formação discursiva é a própria ameaça comum aos seus elementos, o chamado corte antagônico ou discurso do inimigo: “o que estabelece sua unidade [das lutas sociais] não é algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum” (LACLAU, 2011, p. 73).

Já em *New Reflections on the Revolution of our Time* (1990), Laclau rearticula o lugar da categoria do antagonismo, especialmente após diálogos com S. Žižek nos anos 1980 e com as novas leituras do filósofo J. Lacan. Laclau compreende que o antagonismo não pode ser o limite da constituição de sentidos de um sistema, porque a própria condição do outro antagônico já implica simbolização. O autor sugere, então, uma nova categoria, que rouba o *status* dos antagonismos sociais nos processos de identificação: o deslocamento. Não sendo mais o antagonismo o limite da significação, mas, ao contrário, uma de suas condições de possibilidade; o deslocamento é o limite da objetividade. Para Laclau (1990), o deslocamento é a experiência do Real. O deslocamento é o instante preciso da

impossibilidade da significação. O Real lacaniano é, desse modo, uma instância existente, mas não significável. Para o autor, o deslocamento encontra-se no momento em que a estrutura não consegue mais significar, como uma experiência traumática que a desajusta. O deslocamento é, nesses termos, anterior e externo à significação, e, conseqüentemente, aos antagonismos sociais.

Neste ponto do debate, o filósofo S. Žižek rompe com as reflexões de Laclau e, aos nossos olhos, supera-as em algumas questões consideradas relevantes para a pesquisa que desenvolvemos. A começar, pela compreensão da categoria lacaniana do real. Para ambos os autores, a experiência do real é uma experiência do impossível. Ocorre que, enquanto para Laclau (1990), o real é impossível, porque se trata de uma instância existente, mas não significável; para Žižek (2011), o real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, de seus antagonismos constitutivos. Isso, entretanto, de modo algum, implica que “não se possa tratar diretamente com esse real/ impossível e transformá-lo radicalmente num ato que muda as coordenadas "transcendentais" básicas de um campo social” (ŽIŽEK, 2011, p. 45), ou seja, que muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria suas condições de possibilidade. Por isso, o filósofo defende que as identidades políticas surgem propriamente de uma falha na estrutura:

É este momento de "falha" da estrutura para conferir identidade aos atores sociais que "compele" o sujeito para agir. Neste sentido, o sujeito não é simplesmente *determinado* pela estrutura, nem, contudo, ele *constitui* a estrutura. O sujeito é forçado a tomar decisões quando identidades sociais estão em crise e estruturas necessitam ser recriadas. É no processo desta identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas (HOWARTH, 2000, p. 109).

Nessa perspectiva, os antagonismos sociais não são externos à experiência do real, mas constitutivos dele. Para Žižek (2011), as sociedades liberal-democráticas são constituídas basicamente por antagonismos que geram a necessidade do comunismo. O comunismo no sentido que o autor dá ao termo, como movimento que reage a antagonismos, e não como uma espécie de regime autoritário e stalinista. O comunismo, para Žižek (2003), não é o nome da solução, mas o nome do *problema*. Em especial, o problema imediato do comum como espaço universal de humanidade, do qual ninguém deveria ser excluído. Em suas

próprias palavras: “só a referência aos excluídos é que justifica o uso da palavra comunismo. Por isso, a diferença qualitativa entre os 3 antagonismos e o último. O antagonismo dos incluídos x excluídos é o mais importante” (ŽIŽEK, 2011, p.61).

Assim, compreender e discutir os antagonismos que constituem nossa sociedade é uma tarefa urgente e necessária, caso estejamos sinceramente preocupados com as relações discriminatórias e injustas que tanto têm marcado a vida social do país. E, conforme argumentamos no início deste trabalho, uma reflexão sobre tais problemáticas precisa lançar mão de uma perspectiva pragmática de linguagem.

Polidez linguística: o feitiço político dos grandes personagens⁷

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), a partir do final da década de 1970, a polidez passou a ser objeto de investigação científica, devido ao esforço de pesquisadores como G. Leech e, em especial, P. Brown e S. Levinson. Estes últimos desenvolveram um modelo sofisticado de investigação cuja concepção de polidez apoiou-se na noção de “face”, conforme formulada por E. Goffman, e de “atos de fala”, segundo J. Austin (1990) e J. Searle (1969). Nesse modelo, todo indivíduo possui duas faces, que devem ser consideradas em termos de desejo (*face as wants*). De um lado, a face negativa relaciona-se ao “desejo de cada ‘membro adulto competente’ de que suas ações sejam livres para os outros” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 64). Em outras palavras, diz respeito à preservação pessoal, ao que se quer deixar no plano privado. De outro lado, a face positiva, que se relaciona ao “desejo de cada membro de que suas vontades fossem desejáveis também para alguém” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 64). Esta face envolve o que se quer tornar público. Sendo assim, em qualquer comunicação, que pressupõe no mínimo dois sujeitos, há pelo menos quatro faces em jogo, de tal modo que os atos realizados na interação entre os participantes implicam, potencialmente, ameaças às suas faces negativas e positivas. Daí, a expressão “*face threatening act*” (convencionalmente FTA).

Como afirma Kerbrat-Orecchioni (2006, p.82), as faces são alvos de ameaças permanentes, uma vez que todos os atos de fala são potencialmente

⁷ “A polidez é o maior feitiço político dos grandes personagens” (Baltasar Gracián, Oráculo manual, XL, 1647). Fonte: RÓNAL, Paulo. Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

ameaçadores, mas também são objetos de valorização. Para Brown e Levinson (1987), essa contradição pode ser resolvida através do que ele chama de estratégias de polidez, que funcionam como modos de atenuação dos FTAs. Nessa perspectiva, os autores, inicialmente, dividem os atos de fala em dois grupos distintos: de um lado, “a primeira distinção entre os atos que ameaçam as faces positivas e negativas” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 65); de outro, “a segunda distinção entre os atos que ameaçam as faces do locutor e do interlocutor” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 67). Assim, os FTAs são divididos em quatro categorias:

1. **Atos que ameaçam a face negativa do locutor:** atos suscetíveis de lesar o seu próprio território ou que lhe restringem a liberdade de ação. Exemplo: o verbo prometer, que faz o enunciador contrair um compromisso.
2. **Atos que ameaçam a face positiva do locutor:** atos que representam auto-humilhação, inferioridade ou limitações. Exemplo: um pedido de desculpas.
3. **Atos que ameaçam a face negativa do interlocutor:** atos que lhe restringem a liberdade de ação ou que violam seu território. Exemplo: ordens.
4. **Atos que ameaçam a face positiva do interlocutor:** atos que afetam a autoimagem projetada pelo interlocutor. Exemplo: crítica.

Desse modo, Brown e Levinson (1987, p.71) elencam cinco estratégias conversacionais ou discursivas, que são operacionalizadas a depender três variáveis sociológicas, a saber, “a distância social entre os participantes, as relações de poder que os envolvem e o *ranking* de gravidade dos FTAs num dada cultura” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 74):

- i) **On record/sem reparação:** quando as intenções e os interesses do locutor ficam bem claros, sem desejo de evitar ou amenizar danos. Exemplo: Devolva o livro.
- ii) **On record/com reparação e com polidez positiva:** quando os atos de fala são articulados com alguns recursos de polidez para minimizar os riscos de ameaça à face do outro, mostrando aproximação, simpatia e coincidência de desejos. Exemplo: Querido, você pode me devolver o livro?
- iii) **On record/ com reparação e com polidez negativa:** quando os atos de fala são formulados de modo que mantenham a distância social entre os participantes e evitar a ameaça de invadir o terreno alheio. Exemplo: Será que não seria possível você me devolver o livro amanhã, por gentileza?

- iv) **Off record**: o locutor não explicita sua intenção, apenas a suscita, não se comprometendo diretamente com a interpretação do interlocutor. Exemplo: Você anda tão ocupado, que talvez nem precise mais ficar o livro amanhã.
- v) **Não se faz AAF**: quando não se realizam atos.

Além das estratégias *on record*, caracterizadas pela clareza, e *off record*, marcadas pela indiretividade, há, ainda a chamada *bald on record*, que ocorre quando o locutor está mais preocupado com o que deseja transmitir do que com a forma por meio da qual fará a enunciação. Nesse caso, considera-se mais a eficiência, e o “locutor pode reivindicar que outras coisas são mais importantes que a face ou que o ato não se consiste totalmente num FTA” (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 72). Cada uma dessas estratégias, segundo os autores, inclui sub-estratégias, conforme mostra o quadro a seguir:

Estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987)	
Polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro. 2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro. 3. Intensifique o interesse pelo outro. 4. Use marcas de identidade de grupo. 5. Procure acordo. 6. Evite desacordo. 7. Pressuponha, declare pontos em comum. 8. Faça brincadeiras. 9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro. 10. Ofereça, prometa. 11. Seja otimista. 12. Inclua o ouvinte na atividade. 13. Dê ou peça razões, explicações. 14. Simule ou explícite reciprocidade. 15. Dê presentes.
Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto. 2. Questione, seja evasivo. 3. Seja pessimista. 4. Minimize a imposição. 5. Mostre respeito. 6. Peça desculpas. 7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”. 8. Declare o FTA como uma regra geral. 9. Nominalize. 10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.
Off Record (Encoberta)	1. Dê pistas. 2. Dê chaves de associação. 3. Pressuponha. 4. Diminua a importância. 5. Exagere, aumente a importância. 6. Use tautologias. 7. Use contradições. 8. Seja irônico. 9. Use metáforas. 10. Faça perguntas retóricas. 11. Seja ambíguo. 12. Seja vago. 13. Hipergeneralize. 14. Desloque o ouvinte. 15. Seja incompleto, use elipse.

Figura 1: Estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987)

Há, atualmente, diversas críticas a Brown e Levinson (1987), que se erigem com a alegação principal de que a organização das estratégias de polidez linguística apresentada por eles superestima o aspecto ameaçador das interações mediadas linguística ou discursivamente. Uma das principais revisitações é a proposta pela linguista Kerbrat-Orecchioni (1990). Ela incorporou ao modelo anterior à noção de “anti-FTA” (ou FFA), sob a pertinente razão de que os autores haviam sobrecarregado os atos ameaçadores, subestimando aqueles valorizantes, que são igualmente importantes na comunicação. Nesta pesquisa, seguimos o modelo dos autores, sem acréscimos ou revisionismos, por acreditarmos que a linguagem, sendo uma ação condicionada histórica, cultural e politicamente, envolve tensões e conflitos sociais. Se atos valorizantes são empregados pelos indivíduos, não o são senão em vista das relações de poder que engendram as próprias interações.

Metodologia

Esta pesquisa procura investigar como a configuração discursiva d’**Os Novos Aloprados** articula, através de certos mecanismos linguísticos de polidez, antagonismos sociais. Assim, consideramos para análise a esfera enunciativa que, aqui, estamos chamando de *discurso da mídia*, cuja instância representativa selecionada é a revista semanal *Veja*. A escolha da revista justifica-se pela razão de que ela foi a primeira organização de mídia a denunciar o escândalo, ainda em junho de 2010. Além de pioneira na investigação e na cobertura do evento, ela dedicou dez edições prioritariamente ao escândalo. A revista também detém, segundo a Associação Nacional de Editores de Revista (ANER)⁸, cerca de 8 milhões de leitores, com média de circulação de 1.098.642, a maior do país entre as revistas brasileiras. *Veja*, portanto, é a principal esfera enunciativa do evento, embasando, inclusive, diversas matérias de outros veículos de mídia. O recorte temporal dessa esfera para confecção do *corpus* desta pesquisa foi feito da seguinte forma:

- **Edição 2180:** reportagem “Ele era o alvo” (01 set. 2010), assinada por Fernando Mello e Rodrigo Gurgel.

⁸ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA (ANER). Disponível em: <http://www.aner.org.br/Conteudo//ivc-maiores-semanais-141332-1.asp>. Acesso em: 17 out. 2010.

- **Edição 2181:** reportagem “O Partido do Polvo”, (08 set. 2010), assinada por Fernando Mello.
- **Edição 2183:** reportagem “Ideias são mais letais que armas”, (22 set. 201), sem assinatura.

Depois de coligido o *corpus*, dedicamo-nos à seleção das amostras para análise discursiva propriamente dita. O levantamento das amostras iniciou-se com as leituras, cada vez mais cuidadosas, das reportagens referentes ao escândalo, à procura de enxergar os seus “pontos críticos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 280), ou seja, aqueles momentos em que se evidenciam elementos problemáticos, em termos de recursos de polidez linguística, quanto aos antagonismos sociais que *Veja* manifesta. A seguir, analisamos as amostras com base no modelo de estratégias de polidez de Bronw e Lenvinson (1987), identificando os mecanismos linguísticos em cada uma das matérias isoladamente.

O próximo passo foi, então, o registro dos tipos de antagonismos sociais que elas articulam em comum. Ao final, descrevemos e discutimos como o discurso jornalístico da grande mídia significa os antagonismos que, segundo ela, contornam o escândalo informado, ao se utilizar de estratégias de polidez específicas para cada um dos sujeitos e das instituições tratadas em relação de oposição ou adversidade. Considerando o limite de extensão do artigo científico, apresentamos, aqui, apenas a investigação realizada quanto ao antagonismo entre excluídos e incluídos.

Resultados e discussão

Nas reportagens analisadas, podemos identificar duas manifestações do antagonismo entre excluídos e incluídos, que são marcadas pela reiteração ao longo da cobertura do evento por *Veja*. Abaixo, especificamos cada uma delas e demonstramos as estratégias de polidez linguística empreendidas no trato das faces dos sujeitos e instituições envolvidos no escândalo. Ao denunciar o crime na Receita, *Veja* articula a primeira forma de antagonismo em seu discurso. Segundo a revista, o episódio deixa clara a decadência moral das instituições do Estado, cujo aparelhamento é usado inconstitucionalmente por partidos políticos contra os próprios cidadãos. Observemos o trecho que segue:

O sigilo fiscal é garantido pela Constituição, e, como tal, sua quebra ilegal constitui um crime gravíssimo. A revelação de que, além dos tucanos, dezenas de pessoas tiveram sua declaração acessada, sem ordem judicial, indica que o delito pode estar sendo praticado com maior frequência do que se supunha, não apenas para montar dossiês, mas também para achacar cidadãos comuns (VEJA, ed. 2180, p. 61).

O primeiro ato de **Veja** é exagerar a gravidade do episódio, por meio da estratégia *off record* de exagero “constitui crime gravíssimo”, implicando, assim, dois efeitos. Primeiro, um não comprometimento da revista com todas as acusações e críticas que serão feitas mais adiante, uma vez que elas próprias já se justificam pela barbaridade da ação a que fazem referência. Segundo, a reivindicação de uma posição neutra quanto ao que se informa, pois se trata da constatação de um fato, e não de uma caracterização do episódio pela revista.

Este primeiro gesto serve de base para fundamentar o raciocínio, criado pela estratégia de polidez positiva de explicação “indica que”, de que o próprio Estado, e não apenas o crime isoladamente, ameaça o cidadão brasileiro. Aqui, *Veja* antagoniza a relação entre o Estado e o cidadão comum, com o qual se solidariza ao considerá-lo como vítima de uma injustiça cometida por aquele, como indica a estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “mas também para achacar cidadãos comuns”. Criticando o acentuado aparelhamento do Estado atual, em que, somente na Fundação Nacional de Saúde, são 1.500 cargos ocupados por petistas, *Veja* avalia:

O que será que todos eles querem lá? Quando esse quadro de aparelhamento começa a ser dominante no serviço público, como acontece no Brasil do PT, o estado passa a servir apenas ao Polvo, e não ao povo (VEJA, ed. 2183, p. 86).

Com a estratégia *off record* de pergunta retórica “O que será que todos eles querem lá?”, a revista procura fazer o leitor deduzir que tal ocupação exagerada é mesmo indício de que o sistema estatal brasileiro está sendo explorado para fins partidários, beneficiando certos indivíduos em troca de favores e serviços. *Veja* não repudia totalmente o aparelhamento de que fala, o que ela critica é quando este fenômeno se acentua, ou seja, na administração petista do Brasil, conforme evidencia a estratégia *on record* de explicação “como acontece no Brasil do PT”. Novamente, a revista tenta generalizar as consequências maléficas dos episódios a

todos os brasileiros, sensibilizando-os e se aproximando deles pela indignação, como nos mostra a estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “passa servir apenas ao Polvo, e não ao povo”.

A relação antagônica é reforçada quando a revista inclui em seu discurso algumas declarações de sujeitos indignados com o episódio. No depoimento “Se tudo isso foi feito para ajudar a candidatura de Dilma, ela tem de dar explicações ao Brasil” (VEJA, ed. 2183, p.62), feito pelo ex-governador José Serra e apresentado pela revista em discurso direto, através da estratégia *on record* de polidez positiva de incluir o outro na atividade, o recurso de mostrar-se interessado pelo outro reveste o enunciado ética e moralmente. O político enfatiza que as implicações deletérias do crime não dizem respeito somente a ele, mas à nação brasileira, o que o exime das informações vazadas em dossiês e o aproxima dos cidadãos. Este mesmo efeito de sentido é tentado na repetição da pergunta “Que Estado é esse?” (VEJA, ed. 2181, p. 63-4), em que *Veja*, por meio da estratégia *off record* de perguntas retóricas, insiste em fazer o leitor tomar como deduções próprias os sentidos que ela erige.

Após ter criado a oposição, *Veja* passa a investir. cada vez mais acentuadamente, na hierarquia entre os polos. Atentemos:

Trata-se de algo que deveria ser condenado com veemência pelas autoridades máximas da República, mas que vem sendo considerado mera futrica por elas, em mais uma demonstração de que o respeito às leis, à moral e aos bons costumes nunca esteve num nível tão baixo neste país (VEJA, ed. 2180, p. 68).

Aqui, a revista subverte a estratégia *on record* de polidez positiva de procurar um acordo com o outro, para enfatizar exatamente as diferenças entre o Estado, sob a administração de políticos pertencentes às hostes do PT, e a sociedade civilizada, como mostra a estratégia *on record*/sem reparação “mas que vem sendo considerado mera futrica por elas [autoridades políticas]”. Neste momento, *Veja* viola a face do Estado e de suas instituições ao evidenciar que elas entendem o crime como “mera futrica”. Este recurso legitima a desmoralização que a revista reitera logo adiante: por meio da estratégia *off record* de uso de exagero “o respeito às leis, à moral e aos bons costumes nunca esteve num nível tão baixo

neste país”, *Veja*, neutralizando-se, demoniza o Estado atual como um inimigo da sociedade.

Em referência à criação da TVT e ao investimento em mais de 3.000 pequenas emissoras de rádio, distribuídas em municípios no interior do país, *Veja* procura mostrar que a terceira frente do projeto de implementação de um governo comunista proposto pelo italiano A. Gramsci está sendo, aos poucos, promovida pelo Governo Lula. Leiamos:

O terceiro mandamento gramsciano determina que, na busca da “hegemonia cultural”, o comunista deve criar ou apoiar jornais, revistas e redes de televisão controlados pelo partido, para que eles concorram com a imprensa livre na busca da atenção de leitores e telespectadores. Dessa maneira, ensina Gramsci, o militante comunista pode fazer seu proselitismo fingindo que está defendendo os interesses gerais da população ou lutando para elevar o nível do jornalismo praticado no país. Tudo enganação. O único objetivo é atingir a “hegemonia cultural”, quando então caberá ao partido determinar o que é versão e é fato (VEJA, ed. 2180, p. 82).

Ao apropriar-se do discurso científico para legitimar sua interpretação a respeito de ambos os episódios, *Veja* utiliza-se da estratégia *off record* de associação “a estratégia teve na semana passada mais um avanço em sua vertente número 3” para apresentar, imparcialmente, equivalências como a “busca da hegemonia cultural” e o recente investimento do Governo Federal em pequenas mídias e o “comunista” ou “militante comunista” e Lula. Essas equivalências de sentido são legitimadas como lógicas e corretas através das estratégias de polidez positiva de explicação “dessa maneira”, “ensina Gramsci” e “quando então caberá”. Bem fundamentada a significação dos eventos constituintes do escândalo como empreitadas fascistas, *Veja* desqualifica absolutamente o comunismo e, por associação, os episódios a que faz referência, lançando mão da estratégia *off record* de exagero “Tudo enganação”. Instaurada a oposição entre a imprensa livre e a ameaça do comunismo, *Veja* empenha-se na construção da face do segundo inimigo.

Dando continuidade à desmoralização do atual Estado, a revista acusa o Governo petista de fascismo e de censura à liberdade de imprensa. Observemos:

Depois de homenagear Lênin, José Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos mencheviques – nós, os demais

brasileiros, os sem partido, a minoria que estuda, trabalha e paga impostos -, que consiste em calar a imprensa livre. Dirceu disse que a mídia é “monopolista”, “representa o poder econômico” e “abusa do direito de informar” (VEJA, ed. 2183, p. 78).

Em uma das declarações do ex-ministro José Dirceu acerca dos planos da candidata Dilma Rousseff, ele valeu-se de expressões como “aprofundar mudanças”, “organização popular” e “consciência e educação política”, significadas por *Veja* como palavras de cunho radical e comunista. Em referência ao período em que a ex-União Soviética experimentava a luta entre os bolcheviques, liderados por Lênin, e os mencheviques, a revista, por meio da estratégia *off record* de associação “depois de homenagear Lênin, José Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos mencheviques”, estabelece uma equivalência entre Lênin e José Dirceu. Este lado da oposição é apresentado negativamente, conforme esclarece a estratégia *on record*/sem reparação “consiste em calar a imprensa livre”, em que a revista não poupa palavras para dizer que o Governo petista está promovendo uma empreitada fascista.

Contra este lado da oposição, *Veja*, por meio da estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “nós, os demais brasileiros, os sem partido, a minoria que estuda, trabalha e paga impostos”, aloca os cidadãos brasileiros e a si própria no lado positivo da relação antagônica. Este recurso linguístico é utilizado também para orientar a interpretação da próxima oração do trecho. Em discurso indireto, que, desde já, funciona como um modo de recontextualizar o enunciado original, o texto de José Dirceu é significado com base nos pressupostos coligidos ao longo do parágrafo. Assim, através da estratégia *on record*/sem reparação “Dirceu disse que a mídia é “monopolista”, “representa o poder econômico” e “abusa do direito de informar” , *Veja* tenta orientar o sentido das palavras destacadas para a compreensão de que são erradas e claramente contra à livre imprensa, na qual se inclui, procurando evitar, por exemplo, uma possível problematização, por parte do leitor, acerca dos meios de comunicação, em termos de relações econômicas e de monopolização privada da informação.

Conclusão

Verificamos que o antagonismo social entre excluídos e incluídos, constitutivo das democracias contemporâneas (ŽIŽEK, 2011), é reproduzido no discurso da revista. Como uma das mais influentes instâncias midiáticas do país, *Veja* conserva as relações antagônicas, historicamente constituídas, entre o Estado e os cidadãos e entre o comunismo e a liberdade de expressão e de imprensa na democracia. Ao significar o escândalo, considerando os eventos secundários que o constituem como uma luta, *Veja* constrói discursivamente um jogo dinâmico de performances ou de faces na cena pública, de modo a compor os lados positivo e negativo da disputa.

Ao tratar das faces dos inimigos, o Estado e o comunismo, a revista lança mão prioritariamente das seguintes estratégias de polidez linguística: *off record* de exagero, através da qual ela reivindica imparcialidade e procura acentuar os efeitos de indignação; *off record* de pergunta retórica, por meio da qual se busca tornar deduções particulares do leitor sentidos construídos ideológica e discursivamente pelo próprio veículo; *on record*/sem reparação, por que as faces do Estado e de suas instituições, do PT, de Lula e do comunismo são violentadas. É importante ressaltar que, no último caso, esta violência é legitimada por um discurso que demoniza estes sujeitos e que a precede.

Por outro lado, ao tratar das faces daqueles que foram alocados no polo positivo da disputa, a saber, os cidadãos brasileiros, a imprensa livre (em que o veículo se inclui) e a democracia, *Veja* mobiliza, mais frequentemente, as seguintes estratégias de polidez linguística: *on record* de polidez positiva de explicação e *on record* de polidez positiva de associação, através das quais a revista fundamenta e legitima as críticas e acusações que apresenta ao longo das reportagens, reivindicando neutralidade e orientando as interpretações do leitor; *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro e *on record* de polidez positiva de acordo, por meio das quais a revista mostra preocupação com o povo brasileiro, solidarizando-se com ele, pela indignação e pela comunhão de princípios e valores morais.

Com isso, *Veja*, na construção do escândalo, não pretende criar e autenticar novos sentidos, mas refundar aqueles que já existiam e que, em vários aspectos, mantinham o *establishment* anterior, dentro do qual sempre ocupou a

posição privilegiada de porta-voz da sociedade, cujo principal suporte é a sua auto-representação como paradigma de imprensa livre, democrática, ética e justa. Por fim, gostaríamos de encerrar este trabalho argumentado que os problemas sociais são, aos nossos olhos, em alguma medida, também discursivos. Por isso, faz-se tão necessário e urgente compreender o fenômeno linguístico como uma forma de agir no mundo, uma vez que esse caráter, que o torna perigoso, potencializando-o da capacidade de gerar discriminações e violências, também o faz tão poderoso quanto nas lutas contra estas mesmas relações de opressão e de exclusão.

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA (ANER). Disponível em: <http://www.aner.org.br/Conteudo//ivc-maiores-semanais-141332-1.asp>. Acesso em: 17 out. 2010.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho).
- CABRAL, O.; PEREIRA, D. O estado a serviço do partido. **Veja**, São Paulo, ed. 2181, n. 36, 8 set. 2010.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**. Cambridge: CUP, 1987.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FERREIRA, R. R. **Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo**. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- GOFFMAN, E. **The presentation of self in everyday life**. Middlesex: Penguin, 1969.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HODDGER-WILLIAMS, R.; CEASER, J. **Politics in Britain and the United States: comparative perspectives**. Durham, NC: Duke University Press, 1986.
- HOWARTH, D. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.

LACLAU, E. **New Reflections on the Revolution of our Time**. London: Verso, 1990, p. 284.

_____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 222.

MELLO, F.; RANGEL, R. Ele era o alvo. **Veja**, São Paulo, ed. 2180, n. 35, 1 set. 2010.

SEARLE, J. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002. (Tradução de Pedrinho A. Guareschi).

VEJA. **Ideias são mais letais que armas**. São Paulo, ed. 2183, n. 38, 22 set. 2010.

ŽIŽEK, S. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.